

**ATA N.º 9/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2014.** -----

Aos sete dias do mês de Maio de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). -----

Estiveram ainda presentes: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, secretariando a reunião e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

Verificando-se quórum, o sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, eram quinze horas e quinze minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 06 de Maio de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 92.235,45. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Câmara iniciou este período dando a palavra ao sr. Vereador Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, que iniciou a sua intervenção chamando a atenção para o facto da casa de banho de deficientes do Auditório da Casa dos Patudos não possuir botão de alarme. Disse que verificou que o Município tem um novo logótipo que tem sido usado a partir da data do Centenário, quis saber, quem o produziu, qual o significado da sua simbologia e qual o seu custo, caso tenha sido adjudicado a uma entidade externa. Depois congratulou o Executivo e todos os cidadãos e instituições que contribuíram para a celebração do Centenário do Concelho. O sr. vereador na continuação do uso da palavra falou do discurso do representante da bancada da CDU na Sessão Solene do 25 de Abril, considerando-o um bom discurso na medida em que usou de toda a liberdade de expressão, mas mau por outro lado, já que rotulou as pessoas, acusando a oposição de ter um discurso trauliteiro, mas não dizendo especificamente quem era essa oposição, tendo em conta que neste momento os

Órgãos da autarquia têm duas forças políticas na oposição e criou um precedente, ao não dar a possibilidade ao contraditório. Depois criticou o facto do sr. Presidente da Assembleia não lhe ter dado a palavra na última assembleia municipal, para usar desse contraditório, tendo-lhe sido dito que a Assembleia Municipal não era a reunião da Câmara Municipal, e criou-se aqui uma nova forma forma de diálogo que é o andarmos a mandar recados uns aos outros, porque não nos deixam usar da palavra no sítio e momento ideais. Sugeriu ao sr. Presidente da Câmara que defendesse o Executivo desses ataques velados por parte de um dos partidos da Assembleia, já que aqui defende que o mesmo Executivo fala a uma só voz e por outro lado o sr. Vereador Gaspar disse que não estava predisposto a ser protagonista na Assembleia Municipal, mas por outro lado, ser saco de pancada, sem se poder defender. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha em primeiro lugar disse que gostaria de fazer algumas reflexões decorridos cerca de seis meses de mandato e disse estar de certa forma desiludido com o que são as reuniões de câmara, onde pensava que seriam debatidos assuntos importantes para o concelho e que acabam por ser na maior parte das vezes, reuniões para o combate político, em que muitos dos assuntos debatidos acabam por roçar a imbecilidade e nada de interessante trazerem para o município. Depois criticou o facto do Presidente da Assembleia Municipal, o sr. Professor Fernando Louro, pessoa das suas relações há muitos anos, mas que para si tem sido uma desilusão, tomando atitudes dignas do anterior regime, não o deixando usar da palavra nas sessões da assembleia municipal, sendo ele e o sr. Vereador Pedro Gaspar as únicas pessoas que nas Assembleias Municipais não podem usar da palavra. O sr. Vereador Francisco Cunha, disse que o que o mais o entristece não é o não deixarem falar, mas sim que as pessoas não sejam coerentes e façam aquilo que pensam mas aquilo que os outros querem que eles façam e já viu aqui por exemplo o sentido de voto das pessoas da Mesa da Assembleia Municipal serem alterados após uma segunda votação. Disse que é fácil nos blogues e no anonimato as pessoas escreverem aquilo que lhes apetece, incluindo mentiras e chamar mentirosos e aldrabões aos outros, mas depois aqui na hora de falar a verdade, as pessoas não falam a verdade e se tem havido mentiras, desde que começou este mandato, tem sido da parte do Presidente Mário Pereira e também do Presidente Fernando Louro, que não cumprem

aquilo que dizem, já que este último prometeu logo na primeira assembleia que as reuniões da Assembleia Municipal iriam ser gravadas, mas que nunca o serão, porque o PCP tem vergonha das atitudes que toma nesta Assembleia e não quer que as pessoas saibam e era importante que as coisas sejam filmadas para ver quem são os trauliteiros e os desordeiros. Fica aqui o desafio ao Presidente Fernando Louro para que comece a gravar e a publicar o que se passa nas assembleias municipais. Relativamente ao discurso da CDU na Sessão solene da Assembleia Municipal do 25 de Abril, disse que as palavras têm a importância consoante as pessoas que as proferem e relativamente a quem proferiu o discurso nem sequer vai tecer qualquer comentário. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha, referiu-se depois àquilo que o sr. Presidente da Câmara disse na última reunião da assembleia municipal, concretamente afirmou que quem voltasse a afirmar que tinha desaparecido património do Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões, que o colocaria em Tribunal. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que queria que o sr. Presidente da Câmara cumprisse a sua palavra e queria que ficasse bem claro se o sr. Presidente da Câmara de Alpiarça é homem de palavra ou não. Disse que queria que ficasse bem claro e gravado que o sr. Vereador Francisco Cunha, eleito pelo Todos Por Alpiarça, afirma categoricamente, sem qualquer margem de dúvidas que o Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões desapareceu, o património do Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões desapareceu, o Legado que era constituído por várias propriedades, que em números atuais valeria mais de meio milhão de euros, neste momento este Legado vale zero. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que depois de proferir estas afirmações, o sr. Presidente da Câmara tem o direito de cumprir a sua promessa e pô-lo em Tribunal, acrescentando que já que se estava a falar de legados, também era bom que o sr. Presidente da Câmara informasse a população do que é que aconteceu aos quatro apartamentos do Legado Manuel Nunes Ferreira, em Santo António dos Cavaleiros, que atualmente não constam do Legado, opinando que as pessoas, os beneméritos, deixaram propriedades à Câmara e que não se pode branquear a História, e por branquear a História, o sr. Vereador Francisco Cunha disse que tinha ficado bastante desagradado com o filme sobre Alpiarça que passou na altura das comemorações do Centenário, porque depois do 25 de Abril de 1974, a Câmara de Alpiarça teve mais do que três presidentes de Câmara, teve até uma

Comissão Administrativa e perguntou ao sr. Presidente da Câmara se isto não era branquear a História, então o que era branquear a História. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha afirmou depois que acabou de receber um documento respeitante a um pedido seu datado de 14 de Março, que já lhe sido entregue no dia 16 de Abril, considerou que lhe entregavam duas vezes umas coisas e outras que pede não lhe entregam, apresentou por isso um requerimento pedindo uma listagem completa dos processos de litigância onde a Câmara de Alpiarça seja parte, já que a outra listagem que lhe foi entregue era bastante incompleta e não servia os fins para os quais foi pedida. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha depois disse que pediu verbalmente a cópia de uma fatura da empresa Temos Talentos, que até hoje não lhe foi entregue. Afirmou que também não lhe foi certificada uma conta corrente com a empresa concessionária do Parque de Campismo, que lhe chegou via e-mail. O vereador afirmou depois que na última assembleia municipal um dos deputados opinou que quem lia ou consultava blogues não tinha higiene mental e aconselhou que este deputado sofresse uma reprimenda porque está convencido que todos os membros deste Executivo e a maioria dos deputados municipais leem blogues e que isso era uma ofensa a todos esses autarcas. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha a seguir apresentou uma proposta para que a GNR de Alpiarça, tivesse patrulhamento em bicicletas. -----

----- O sr. Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas. -----

----- O sr. Presidente da Câmara relativamente à questão trazida pelo sr. Vereador Pedro Gaspar sobre o WC para deficientes do Auditório da Casa dos Patudos, onde faltará uma botoneira de alarme, disse julgar que o edifício está em conformidade, de qualquer modo deixaria a resposta para o sr. Eng.º Portugal de Sousa. Sobre o novo logótipo do Centenário do Concelho, disse que ele nunca substituirá o brasão original do município, mas pelo menos neste ano do Centenário substituirá o logótipo atual. Acrescentou que a execução do novo logótipo foi da autoria de Dora João Batista, secretária do Gabinete de Apoio e baseou-se em certa medida no brasão municipal, segundo a autora *“O logótipo apresentado partiu da disseminação em elementos gráficos mais contemporâneos do Brasão do Concelho, os elementos apresentados tal*

no brasão representam as raízes do concelho e a sua Vala Real, pretendendo para além da criação de uma nova imagem para o concelho, manter vivas as memórias das suas gentes. Alpiarça continua a ser um concelho de raízes maioritariamente agrícolas e não faria sentido eliminar esses elementos da sua identidade". O sr. Presidente da Câmara referiu que os 100 anos do concelho estão representados dissimuladamente num ramo de oliveira, em que a folha representa o número um e duas azeitonas que representam dois zeros. Acrescentou que contrariamente ao outro logótipo não trouxe custos acrescentados ao município. -----

----- Relativamente às Comemorações do Centenário o sr. Presidente da Câmara disse que elas irão decorrer durante 1 ano, com início no dia 2 de Abril de 2014. Que as iniciativas comemorativas foram centradas à volta do dia 2 de abril e nelas irá ser integrado um conjunto de outras atividades para além das que já se fazem normalmente durante o ano e que naturalmente contarão com a chancela do Centenário. Foram convidadas várias pessoas para informalmente integrarem uma Comissão do Centenário, pessoas com conhecimentos nas áreas da história local, na dinamização cultural, desportiva etc e que coadjuvarão informal e voluntariamente os serviços municipais nalgumas das comemorações que entretanto irão sendo levadas a efeito, estando também a Junta de Freguesia inserida neste processo. -----

----- Sobre o discurso da bancada da CDU na sessão solene da Assembleia Municipal do 25 de Abril, disse que foi um discurso que respeita a liberdade de pensamento e de expressão, que terá naturalmente de ter uma abordagem política por parte das outras duas forças políticas que integram os órgãos da autarquia. Quanto à questão do uso da palavra na Assembleia Municipal, o sr. Presidente da Câmara disse que voltava a repetir que os senhores vereadores têm toda a liberdade de intervenção, tantos os senhores vereadores como qualquer autarca, podem intervir nos vários órgãos autárquicos onde têm assento. Acrescentou que por respeito à Assembleia Municipal não faz sentido nenhum transformá-la numa nova reunião de câmara, por isso é que as regras são como são, os senhores vereadores assistem às sessões da assembleia, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal. Sendo que os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra, naturalmente com

a permissão do sr. Presidente da Mesa que conduz os trabalhos.-----

O sr. Presidente da Câmara opinou que a prova que há toda a liberdade de expressão para os senhores vereadores é que todas as reuniões de câmara são públicas, são filmadas e são divulgadas online, para em qualquer local do mundo serem vistas, para além se serem publicadas no Site do Município as atas quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal. Em relação ao Boletim Municipal o sr. Presidente da Câmara entende que a Câmara Municipal e o Município só falam a uma voz e não vê como é que a oposição pode ter um espaço no boletim municipal. Opinou que há espaços próprios em que cada força política pode expressar as suas opiniões, que não o Boletim Municipal. -----

----- Em relação a outras questões colocadas pelo sr. Vereador Francisco Cunha, considerou ignóbil que na chamada Moção de Homenagem ao 25 de Abril, o Dr. Joaquim Rosa do Céu tenha usado aquilo que simboliza o 25 de Abril, e o seu falecido camarada e ex-vereador Mário Peixinho e a própria bancada do PS, para atacar a maioria do Executivo, considerando-o como mentecaptos porque não teriam trazido para as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril nenhum dos cantores que teriam atuado num célebre espetáculo no dia 29 de Março de 1974 no Coliseu. Considerou que isto é uma ofensa à inteligência das pessoas e lamentou que a bancada do PS se tenha deixado manipular para uma coisa destas. -----

----- Sobre o sr. Vereador Francisco Cunha dizer que o que se trata nas reuniões de Câmara, são questões que roçam a imbecilidade em termos políticos, o sr. Presidente da Câmara contrapôs que tratamos aqui dos assuntos que são trazidos para tratar. -----

----- Sobre o desaparecimento do Legado Álvaro da Silva Simões, o sr. Presidente da Câmara disse que já trouxe à última reunião de câmara toda a documentação que existe sobre este Legado, foi tudo explicado, inclusivamente as permutas efetuadas, foram ações tomadas em executivos anteriores, perfeitamente legais mas que podem ser discutidas politicamente, mesmo assim o sr. Vereador Francisco Cunha acha que desapareceu património, apesar de lhe ter sido dito que o património está registado no nome da Câmara Municipal de Alpiarça. Aqui o sr. Presidente da Câmara perguntou claramente ao sr. Vereador Francisco Cunha se ele estava a sugerir que ele ou os vereadores da sua maioria teriam feito desaparecer património municipal. O sr.

Vereador Francisco Cunha disse que a gravação do que ele disse pode ser ouvida e o que disse é que o património do Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões devia ser composto por uma propriedade sita no Vale da Cigana, a Cardeira de Cima, e a Cardeira de Baixo, uma propriedade pequenina que não lembra o nome e uma propriedade sita em frente à Igreja, desapareceu do Legado. Acrescentou que o Legado Álvaro da Silva Simões está a zeros, e não disse quem é o responsável pelo desaparecimento, dizendo também que a Agroalpiarça desde 2003 não paga rendas. O sr. Vereador João Arraiolos usou da palavra dizendo ao sr. Vereador Francisco Cunha, que na última reunião de câmara, ele teria recebido um dossier onde tudo isso estava explicado, inclusivamente que a propriedade do Vale da Cigana foi objeto de uma permuta. O sr. Presidente da Câmara voltou a dizer que o seu executivo não tem nada a ver com desaparecimento de património, está a ser vítima de uma acusação, por isso tem de agir em conformidade, embora lhe desagrade o facto de ter de judicializar a vida política. O sr. Presidente da Câmara, voltou a dizer que este Executivo não tem nada a ver com movimentos anteriores entre os legados, o seu Executivo terá de reafetar património ao Legado Álvaro da Silva Simões, depois de terem sido feitas permutas de propriedades. -----

----- Relativamente ao filme do Centenário do Concelho, o sr. Presidente da Câmara disse que viu pela primeira vez o filme, na mesma altura em que as outras pessoas presentes na sala o viram, que já pediu explicações para o facto do filme não conter alguns registos, já lhe disseram que há poucos dados sobre aquele período e que não tem qualquer pretensão de apagar a História, até porque nos doze anos de gestão do PS, existiram dois presidentes de câmara o Dr. Joaquim Rosa do Céu durante onze anos e a Dr.ª Vanda Nunes durante um ano, e isso não há maneira de apagar nem é para apagar. As ordens que foram dadas, foi para que fosse feito um filme que apanhasse vários momentos da História de Alpiarça e que sobretudo fosse dado destaque às atividades. -----

----- Relativamente à proposta de patrulhamento da Vila pela GNR em bicicleta, feito pelo sr. Vereador Francisco Cunha, o sr. Presidente da Câmara disse que a afetação de meios ao Posto da GNR de Alpiarça não é uma competência da Câmara o que se tem procurado fazer, é tentar que haja o maior número possível de efetivos para o Posto da

GNR de Alpiarça e prometeu trazer esta proposta à próxima reunião de câmara. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha pediu ao sr. Presidente da Câmara que o informasse de quem compõe a Comissão 25 de Abril e se tiveram algum apoio para fazer parte do programa 25 de Abril. Em relação à utilização do espaço no Boletim Municipal, no Site do Município e na Página do Facebook, o vereador disse que não queria nenhuma cedência gratuita, apenas queria que o sr. Presidente da Câmara cumprisse a Lei, tendo este respondido que está a cumprir a Lei. Em relação aos Bombeiros o sr. Vereador Francisco Cunha, pediu ao sr. Presidente da Câmara que o mesmo lhe garantisse que nós estamos seguros, se as coisas estão a correr bem, se as coisas estão a funcionar bem no Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça, porque se acontecer alguma coisa e embora o pelouro seja do sr. Presidente da Câmara, ele enquanto vereador também se sentirá responsabilizado. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que o que lhe parecia é que está instalado o caos nos Bombeiros Municipais e seria bom que o sr. Presidente da Câmara nomeasse quanto antes definitivamente um Comandante e que era tempo que os bombeiros se sentissem motivados, a hierarquia não funciona e que há queixas, há situações disciplinares que chegam à Câmara e ficam dentro da gaveta. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que como cidadão não se sente seguro da forma como estão a funcionar os Bombeiros e depois de ter analisado a situação dos Bombeiros, e pela desmotivação que existe nos bombeiros, considera que a situação da população de Alpiarça não está segura como deveria estar. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar usou da palavra, para falar do discurso que foi feito pela bancada da CDU na sessão solene da Assembleia Municipal do 25 de Abril, em que parte da intervenção foi dirigida intencionalmente a este Executivo, em que foi dito textualmente *“Uma palavra sobre Alpiarça, sobre a nossa vida em sociedade . Inevitável para falar da situação da política autárquica, inquinada hoje pelo estabelecimento de um espírito trauliteiro nas diversas reuniões da autarquia.”* O sr. Vereador Pedro Gaspar disse que ninguém é visado em especial, mas disse que gostava que fosse, para que não restassem dúvidas e foi por se sentir visado enquanto oposição que solicitou o uso da palavra. Segundo o sr. Vereador Pedro Gaspar, o sr. Presidente da Câmara entende que uma sessão da assembleia municipal não se deve

converter numa nova reunião de câmara, mas também não faz sentido que um vereador seja acusado de trauliteiro por um membro de uma assembleia municipal e não possa ao menos, usar da palavra para se defender, nem que seja para fazer a defesa da honra, quando e ainda por cima se diz que a oposição na reuniões do Executivo usa um discurso trauliteiro, sem concretizar qual a oposição, visto que há duas forças políticas com esse estatuto, metendo tudo no mesmo saco. Lamentavelmente, segundo o vereador, o sr. Presidente da Câmara confessou estar vinculado a este discurso, mas depois não permitiu o uso do contraditório para quem foi acusado de trauliteiro, só o permitindo aqui nesta reunião de câmara, onde quem fez as acusações não está presente e mesmo que o estivesse, também não se poderia explicar, porque não poderia usar da palavra, por ser membro da assembleia municipal, tornando este diálogo assíncrono, em que se andam a levar recados uns aos outros. ----

----- O sr. Presidente da Câmara disse que estas questões dos Bombeiros têm de ser tratadas com alguma reserva, porque há razões objetivas para descontentamento dos trabalhadores portugueses e os bombeiros municipais de Alpiarça não são exceção. Garantiu que o Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça está a funcionar bem, que há todas as razões para que a população de Alpiarça se sinta segura. Os Bombeiros de Alpiarça vão ter uma nova viatura urbana de combate a incêndios, vão ter novos equipamentos de proteção individual e vai ser feita a nomeação definitiva do Comandante do Corpo de Bombeiros de Alpiarça. -----

----- Foi feito aqui um pequeno intervalo.

ORDEM DO DIA:

VÁRIOS -----

Ponto 1 - Município de Alpiarça Apreciação e votação do 6º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro. Remeter à Assembleia Municipal. -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação deste ponto, referindo que o PSF está genericamente a ser cumprido. -----

----- No uso da palavra o sr. Vereador João Arraiolos disse que se trata do sexto relatório semestral mas na realidade é o nono, já que a cada 31 de Dezembro vem anexo à prestação de contas. Acrescentou que os objetivos continuam a ser cumpridos,

realçando a redução da despesa, a redução da dívida total e a consolidação do saneamento financeiro, na mesma ordem de todos os outros Relatórios anteriores. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar apelou que este tipo de documentos, bastante extenso, pudesse ser distribuído aos vereadores com mais tempo de antecedência, para que pudesse haver tempo de analisar minimamente a documentação. Colocou algumas dúvidas sobre diversos parágrafos do Relatório e perguntou qual os entraves com o fornecedor ou fornecedores que impede que o Executivo pague todas as dívidas mais antigas, questionou se o pagamento a fornecedores que está a ser feito pela Câmara de Alpiarça num prazo médio de 42 dias, perguntando se este pagamento a tempo é horas é uma imposição do PSF ou se é um ponto de honra do município de Alpiarça, sobre a maximização de receitas disse ter verificado que há uma grande queda nas Receitas de Capital, e perguntou a razão desta queda. Chamou a atenção para o que está escrito sobre a não cobrança do IMI pela taxa máxima, o que parece um lamento de não se estar a cobrar o IMI pelo máximo e perguntou se há a intenção de subir esta taxa no sentido de provocar um aumento nas receitas e melhor reequilibrar as contas. Questionou qual é o imobilizado que a Câmara de Alpiarça tem para vender. Perguntou quais as novas rotinas que o Executivo impôs no sentido de uma melhor cobrança de taxas. Terminou, questionando os gastos com Munições, Explosivos e Artifícios, estranhando a súbita redução destes gastos de 2013, para 2014, sabendo-se que este ano apesar de já ter havido fogo de artifício e os gastos são zero. -

----- O sr. Vereador Francisco Cunha voltou a manifestar a necessidade deste tipo de documentos muitos extensos serem entregues com mais antecedência, questionou se futuramente o Revisor Oficial de Contas teria de sancionar também este os Relatórios do PSF. Também queria saber qual o património que a Câmara tem para vender e disse que também gostaria de reforçar o pedido do sr. Vereador Pedro Gaspar se a taxa de IMI irá aumentar ou não. Perguntou a razão da receita do I.U.C estar a decrescer assim como a receita de derrama e de IMI. Adiantou que se irá abster na votação deste ponto uma vez que não teve tempo de analisar toda a documentação. -----

----- O sr. Presidente da Câmara deixou para o sr. Vereador João Arraiolos a explicação de algumas das perguntas efetuadas pelos senhores vereadores, dizendo que a diminuição dos prazos de pagamento não resulta de imposição da Lei ou deste

PSF, resulta da capacidade que cada município tem de pagar os seus compromissos e neste momento o município de Alpiarça está com capacidade de pagar aos seus fornecedores num prazo médio de 42 dias. Informou que o município de Alpiarça tem património destinado a alienação, nomeadamente lotes de terreno para construção, que não se tem conseguido vender. Sobre o IMI, opinou que o que está escrito no Relatório do PSF é a constatação de um facto, tendo havido diminuição de várias receitas, e em que o IMI está a ser cobrado pela taxa mínima, é natural que essa diminuição provoque alguns constrangimentos da gestão diária do município. Manifestou também a opinião que a taxa do IMI será para manter, mas que é um assunto que terá de vir anualmente à Câmara e à Assembleia para discussão. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos começou por informar que o entrave que impede a Câmara de Alpiarça de pagar todas as suas dívidas mais antigas é apenas com a firma João Salvador, Lda, que se encontra ainda em processo judicial. Quanto à diminuição das receitas de capital, informou que este tipo de receitas tem oscilações que têm a ver com os investimentos que se fazem ou não e com as participações maiores ou menores dos fundos comunitários e até com as transferências do FEF. Informou que o ROC também terá de certificar os Relatórios do PSF. Quanto aos valores dos impostos orçamentados, ele é calculado com a média dos últimos 24 meses, relativamente à data da elaboração do Orçamento, que geralmente é em Novembro. No caso do IMT acabou até por estar orçamentado um valor superior ao que foi efetivamente cobrado. A sr.ª Chefe de Divisão informou que a diferença dos valores dos explosivos e fogos de artifícios que foram referidos, tem a ver com o facto de num dos anos o fogo de artifício ter sido comprado e lançado pela própria Câmara, enquanto noutra situação se recorreu a uma empresa para o fazer, daí que neste último caso, fosse classificado como prestação de serviços. A Sr.ª Chefe de Divisão explicou que os dias de pagamento a fornecedores é feita pela DGAL, com base na média dos últimos 4 trimestres. -----

O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por maioria com a abstenção dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. O sr. Vereador Francisco Cunha em declaração de voto disse que se absteve neste ponto pois a documentação foi-lhe entregue menos de vinte e quatro horas antes da reunião e não lhe foi possível analisá-la de forma correta e séria. O sr. Vereador Pedro Gaspar

em declaração de voto, disse que se tinha absterido, por manifesta falta de tempo para analisar documentos que são da maior importância e responsabilidade, não podendo por esse facto votar favoravelmente. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar depois fez um sugestão ao Executivo no sentido de que pudesse haver alguma convergência na votação destes Relatórios que irão vir à Câmara para analisar e discutir muitas vezes durante o mandato, e essa sugestão seria que de alguma forma, uns dias antes destes documentos virem para discutir e votar, pudesse haver uma reunião de trabalho onde todos estes números fossem explicados aos vereadores da oposição. Conhecida e explicada a documentação o sr. Vereador Pedro Gaspar garantiu que não teria qualquer problema em votar favoravelmente o documento. -----

----- O sr. Presidente da Câmara disse que a sugestão dada pelo sr. Vereador Pedro Gaspar configurava uma Reunião de Câmara privada e que não fazia sentido fazer uma reunião privada para abordar este assunto e depois passados oito dias vir para uma reunião pública fazer a mesma coisa. -----

**Ponto 2 – Apreciação e aprovação do “Apelo em defesa da Escola Pública”.
Requerente: Conjunto de Subscritores que tomaram a iniciativa de lançar este apelo.**

----- O sr. Presidente da Câmara passou a ler o “Apelo em defesa da Escola Pública” e pôs o assunto à discussão. Não se registando qualquer intervenção o ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado por maioria com a abstenção do sr. Vereador Francisco Cunha que em declaração de voto disse que não obstante ser um defensor da escola pública, também não é contra o ensino privado, acha que os dois sistemas de ensino podem perfeitamente coabitar, não está em causa a defesa que ele entende da escola pública, porém não dá para pedidos partidários, em relação a determinados assuntos, não se sente à vontade, nem se revê nalgumas pessoas na defesa de determinadas coisas, porque não acredita nelas. -----

Ponto 3 - Município de Alpiarça – Informação Interna n.º 28/2014 do Gabinete Ação Social. Requerimentos de Auxílios Económicos realizados fora do prazo. 4º Pedido fora do Prazo – Novas situações. -----

O sr. Presidente da Câmara pôs este ponto à discussão, dizendo que é a proposta de inclusão de duas crianças nos Auxílios Económicos. O sr. Vereador João Arraiolos

informou que se trata da mudança de escalão de dois jovens que mudaram do escalão B para o escalão A. O sr. Vereador Francisco Cunha tal como já tinha dito numa reunião anterior opinou que enquanto vereador e sem quebra das regras de sigilo, acha que os vereadores devem ter conhecimento dos casos em concreto para que possa votar em consciência e enquanto não souber quem são as pessoas alvo destas mexidas de escalão, irá sempre votar contra. O sr. Presidente da Câmara sugeriu que nestas situações os processos começassem a vir à reunião de Câmara, para que os senhores vereadores tomassem conhecimento e perguntou ao sr. Vereador João Arraiolos se havia algum prejuízo em atrasar o processo, e nesse caso retirar-se-ia o ponto e vinha a uma próxima reunião, ao que o sr. Vereador João Arraiolos disse que não, mas ressaltou que todos estes processos passam por um processo do Gabinete de Ação Social, que tem um conjunto de uma série de variáveis de avaliação, depois de já ter sido analisado por uma série de entidades e duvida que ao olhar-se apenas para o nome dos meninos, consigamos descortinar se merecem ou se não merecem, se têm direito ou não têm direito. O sr. Vereador Pedro Gaspar sugeriu que se votasse o ponto e que da próxima vez viessem os processos à reunião de câmara para conhecimento de toda a vereação. O sr. Vereador Francisco Cunha voltou a referir que o seu pedido, já feito na reunião anterior, é para que todos membros do Executivo, em igualdade de circunstâncias, tenham conhecimento dos vários processos. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do sr. Vereador Francisco Cunha. -----

PONTO 4 - Licença Especial de Ruído, para um evento (noite de fados) no Bar de Maria Prazeres Fitas, na Rua Silvestre Bernardo Lima, n.º 210, em Alpiarça para o dia 25 de Abril de 2014, com início às 21horas e final no dia 26 de Abril de 2014, às 02 horas. Requerente: Maria Prazeres Fitas. -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão. Não se registando qualquer discussão digna de registo o ponto foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

PERÍODO DO PÚBLICO

Estando público presente na sala, o sr. Presidente da Câmara iniciou por dar a palavra ao sr. munícipe António Russo. O munícipe em causa disse que a sua intervenção se

centrava sobre o último ponto da ordem de trabalhos e que tinha a ver precisamente com o abuso que tem vindo a ser praticado no bar sito no Centro de Trabalho do PCP em termos de não cumprimento de horários dos espetáculos e de os mesmos várias vezes serem feitos na rua. Como vive paredes meias com o bar e apesar da sua casa ser antiga, ter paredes grossas e caixilharia com vidros duplos, mesmo assim o barulho incomoda nos dias dos espetáculos e solicitou que quando fossem concedidas estas licenças fosse respeitado o horário e criadas condições de insonorização ao edifício. ----

----- De seguida o sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao sr. munícipe Eduardo Costa, dizendo que a questão de fundo irá deixar para o fim e questionou qual o aumento da receita do IMI em Alpiarça, porque tem quase a certeza que o IMI em Alpiarça aumentou pelo menos dois dígitos, porque Alpiarça não é exceção ao resto do País. Foi esclarecido pela sr.ª Chefe de Divisão que a receita de IMI aumentou entre 2012 e 2013, foi de 8,31%. O segundo aspeto que o município falou foi da eficácia das ratificações aos despachos praticados quer pelo sr. Presidente da Câmara quer por qualquer um dos senhores Vereadores da maioria, alegando que era importante que as ratificações acontecessem antes dos atos praticados, porque a acontecerem depois perde-se a ineficácia do ato, caso algum dos despachos não venha a ser ratificado. Quanto à questão de fundo, disse o sr. Munícipe que está a haver um conjunto de comemorações do Centenário do Concelho de 1914, até agora, sabendo-se que há uma Comissão do Centenário, perguntou se o Executivo está aberto ou não a contributos externos no sentido de melhorarem essas comemorações. Respondido que sim pelo sr. Presidente da Câmara, o sr. munícipe disse que no dia 24 deste mês tinha um grupo de teatro amador, que estava disponível para vir a Alpiarça a custo zero, representar uma comédia que satiriza a sociedade portuguesa dos tempos da 1.ª república, e que necessitaria apenas de transporte para atores e adereços e um lanche. -----

----- Por fim o sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao sr. Munícipe Pedro Bernardo, que chamou a atenção para o facto metade da rua 1.ª de Maio no Frade de Cima, no sentido ascendente, estar sem iluminação pública. Acrescentou que o problema já não é novo, de vez em quando acontece e disse calcular que seja um problema técnico. -----

----- O sr. Presidente da Câmara relativamente ao assunto exposto pelo sr. Munícipe

António Russo, disse que registava a ideia e que ia sensibilizar as pessoas no sentido de se evitarem situações dessa natureza, fazendo sobretudo com que sejam cumpridos os horários. -----

----- O sr. Presidente da Câmara sobre o que foi exposto pelo sr. Município Eduardo Costa em relação ao IMI, opinou que o texto do relatório que fala do IMI acaba por ser a constatação de um facto, já que este imposto ao ser cobrado pela taxa mínima, quando chegou a haver a expectativa que poderia ser cobrado pela taxa máxima, provoca uma acentuada quebra de receitas, que provoca nos serviços municipais alguns constrangimentos na gestão diária do município. Lembrou que quem despoletou a avaliação dos imóveis foi o governo, ainda antes da vinda da TROIKA e garantiu que não está previsto o aumento da taxa do IMI no concelho. -----

----- Relativamente à chamada Comissão do Centenário, informou que se trata de um conjunto de pessoas convidadas, que nas áreas da história local, na dinamização cultural, desportiva etc têm tido alguma intervenção no concelho, mas que não estão constituídas formalmente como Comissão e que o Executivo está aberto a propostas vindas de outros municípios, desde que sejam naturalmente exequíveis. O sr. Presidente da Câmara informou que o único óbice à data proposta pelo município, será o facto de se tratar da véspera das eleições europeias. -----

----- Em relação ao assunto trazido pelo sr. Município Pedro Bernardo, sobre o corte de iluminação pública, o sr. Presidente da Câmara disse que provavelmente se tratará de avaria e que o que há a fazer nesses casos é ligar para o número grátis que vem na fatura da eletricidade, de qualquer modo, os serviços municipais podem fazê-lo e já se tomou nota do local da avaria. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezanove horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----

E eu, Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----